

23 de maio é dia de Paralisação

- Em defesa da autonomia das Universidades Estaduais!
- Pela retirada do PLC 30 (SPPrev)! • Por nossas reivindicações salariais!
- Todos à Assembléia Geral da Adusp!

A Assembléia Geral da Adusp de 15/5 indicou o debate, em todas as unidades, da necessidade de deflagração de greve em defesa da autonomia das universidades, atacada pelos decretos do Governo Serra, pela retirada do PLC 30, que versa sobre o regime de previdência dos servidores públicos, e por nossas reivindicações salariais, que ainda nem puderam começar a ser discutidas devido à interferência do Executivo, que não havia divulgado os dados da arrecadação de abril/07.

Consideramos fundamental a mobilização de todos os colegas para que possamos retirar do Executivo qualquer possibilidade política de agir contra a autonomia das universidades, de deixar de investir em direitos sociais fundamentais como Educação e Saúde Públicas e possibilitar negociações efetivas com o Cruesp no atendimento de nossas reivindicações salariais.

Dia 23 de maio é dia de paralisação. Às 10h da manhã

desse dia haverá Assembléia da Adusp, na Geografia, durante a qual vamos discutir e votar o indicativo de greve. À tarde, participaremos de Ato conjunto com os servidores públicos e outros movimentos sociais organizados, em defesa dos direitos sociais, do emprego e da liberdade de organização e manifestação desses movimentos.

Professores, funcionários e estudantes comparecem à Alesp no ato de 17/5 contra decretos e SPPrev (p. 2)



Daniel Garcia

Indicativos do Fórum das Seis:

- **Indicativo de greve;**
- **Participação no Ato conjunto no dia 23/5; concentração das entidades do Fórum das Seis no Edifício Gazeta, a partir das 13h, de onde sairemos em passeata até o MASP para realização de Ato Conjunto;**
- **Proposta de Ato no Palácio dos Bandeirantes, no dia 29/5. Esta proposta será levada à reunião do funcionalismo público, a ser realizada na Alesp, no dia 21/5**

Cruesp marca reuniões com o Fórum

O Cruesp agendou com o Fórum das Seis duas reuniões: a primeira, de caráter técnico, será no dia 22/5, às 15h, na Reitoria da Unesp; a segunda, de negociação, na Reitoria da Unicamp, no dia 24/5, às 15h. Esperamos negociações efetivas de nossa pauta salarial, da contratação de professores e funcionários e de políticas efetivas de permanência estudantil, tais como moradia e restaurantes universitários, além de destinação orçamentária específica para este fim.

Assembléia Geral da Adusp
23/5, 4ª-f, 10h, no Anfiteatro da Geografia
Pauta: Discussão e votação do indicativo de greve

Secretaria da Fazenda admite, em resposta a ofício do Cruesp, que a autonomia está de fato ameaçada!

No *Informativo Adusp* 236 (de 14/5/07) registramos o recebimento de cópia de ofício enviado pelo Cruesp ao Secretário da Fazenda em 2/5/07, manifestando o **entendimento dos reitores** de que devia se manter inalterada a sistemática de transferência de recursos da Conta Única/Siafem para as contas geridas pelas Universidades. Em ofício datado de 16/5/07, o Secretário da Fazenda faz as seguintes observações:

1. Ratifica seu entendimento quanto à realização e escrituração em tempo real da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil das Universi-

dades Estaduais no Siafem-SP; 2. Concorde com a manutenção das movimentações financeiras das Universidades em contas específicas na Nossa Caixa;

3. Reafirma a decisão do Governo de definir um regime adequado de remanejamento de dotações orçamentárias nas Universidades, sob a égide da autonomia consagrada na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases.

O ponto 1 do ofício do Secretário é estranho: as universidades estaduais, com enorme dispêndio de tempo e pessoal, passaram a registrar diariamente — há muitos anos isto era feito men-

salmente — a sua execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil no Siafem-SP. Por que reiterar assunto já resolvido? O ponto 2 é relativamente inócuo face ao ponto 3. Embora se mencione a “égide da autonomia”, o fato é que o governo Serra reafirma a disposição de interferir diretamente na autonomia de gestão financeira das universidades. Afinal, a possibilidade de remanejar o orçamento é parte fundamental do exercício desta autonomia.

É bom lembrar que os orçamentos estaduais e das universidades são elaborados

muito tempo antes da sua execução, tipicamente com pelo menos nove meses de antecedência. Por outro lado, a nossa experiência mostra que a evolução da receita de impostos, em particular a do ICMS (cerca de 87% da receita de impostos do Estado) pode discrepar consideravelmente das estimativas feitas à época da Lei de Diretrizes Orçamentárias, apresentada em maio de cada ano, e da Lei Orçamentária, proposta pouco tempo depois. Assim, a autonomia e um planejamento responsável da aplicação de recursos exigem a liberdade para remanejar recursos. A

castração ou limitação desta possibilidade constitui grave ataque à autonomia universitária, que aliás é a tônica dos decretos emitidos pelo governo Serra a partir do primeiro dia de seu mandato.

Conseqüentemente, não compartilhamos do “otimismo” manifestado pelo Cruesp em nota pública divulgada pela imprensa (*Folha de S. Paulo*, 18/5/07, caderno “*Cotidiano*”). Esta nota colabora com os pretensos desmentidos emitidos por representantes do governo. Se os decretos não modificam nada do que vinha ocorrendo, para que os decretos?

Governo planeja votar PLC 30 no decorrer desta semana

Durante o Ato realizado pelo Fórum das Seis na Alesp no dia 17/5, vários deputados presentes indicaram que o Governo Serra pretende votar o PLC 30 (a reforma da Previdência no Estado) na semana do dia 23/5. Nossa posição continua sendo pela retirada do projeto e abertura de negociações com os servidores: dentro das limitações impostas pelas emendas à Previdência do governo Lula, certamente podemos fazer um projeto melhor do que o que está sendo apresentado pelo Executivo.

Durante reunião com assessores parlamentares na Alesp, por exemplo, ficou claro que os docentes da USP com contrato precário e os chamados ACTs do Ensino Fundamental e Médio, contratados via Lei 500, só

seriam “titulares de cargo efetivo” para efeito do PLC 30. Ou seja, efetivos, de fato, coisa alguma. Além disso, o atual artigo 26 do projeto torna “legal” a inclusão da conta da Previdência nas vinculações constitucionais e legais de recursos. Assim, as contas da Educação e Saúde ativas, por exemplo, irão financiar a Previdência.

Registramos, mais uma vez: consideramos Previdência, Educação, Saúde, entre outras, contas públicas da maior importância, pois correspondem a direitos sociais inalienáveis da população brasileira e paulista. Ao mesmo tempo, consideramos inadmissível tirar de uma delas para financiar outra, prática comum em todas as esferas de governo.

LDO 2008

A proposta de LDO-2008 já foi entregue ao Presidente da Alesp e consta da pauta da casa. O prazo para emendas é 22/5. A leitura do texto mostra que o Executivo não só não fez previsão alguma para financiar a expansão já realizada, como também retirou do *caput* do artigo 4º, que fala sobre a destinação de recursos às Universidades, a expressão “no mínimo 9,57% do ICMS-Quota Parte do Estado”, que foi substituída por “9,57% do ICMS-Quota Parte do Estado”. Como sempre, atuaremos junto aos deputados da casa, propondo emendas à LDO-2008 que contemplem a necessidade de aumento do investimento público na Educação em geral, particularmente na Educação Superior Pública e na sua expansão com qualidade.

Fórum das Seis vai à Alesp contra decretos e SPPrev

Cerca de 300 pessoas compareceram ao plenário Franco Montoro, da Assembléia Legislativa, no dia 17/5, em um ato que reuniu estudantes, professores e funcionários da USP, Unesp e Unicamp, contra os decretos do governador Serra que atacam a autonomia universitária e o PL nº30, que cria o SPPrev.

O Fórum das Seis coordenou o ato. O presidente da Adunesp, Milton Vieira, rebateu as afirmações do secretário José Aristodemo Pinotti de que os decretos não colocam em risco a autonomia: “Ele foi ao Conselho Universitário da Unesp, está indo a congregações no interior do Estado, dizendo que nada vai acontecer. Ora, se nada vai acontecer, então retirem os decretos”.

O professor Francisco Miraglia, vice-presidente da Adusp, ressaltou que os recuos do governo não diminuem a necessidade de revogar os decretos:

“Está acontecendo um ataque sem precedentes à autonomia universitária, mas não há condições políticas para implementar nesse ano todo o projeto do Serra. Então ele recua, mas não recua na letra, só recua na fala. Mesmo fora da mesa de negociação, o governo está interferindo da mesma maneira, ao omitir os dados do ICMS”.

Unificação

Carlos Ramiro, presidente da Apeoesp, destacou que “pela primeira vez, estamos caminhando para a unificação de todo o funcionalismo, ou pelo menos dos setores mais combativos”.

Estavam presentes também representantes do Sintusp, STU, Sinteps, do DCE da USP, do Sindicato dos Metroviários, da CUT e da Conlutas, além dos deputados Enio Tatto, Simão Pedro e Rui Falcão, todos do PT, e Raul Marcelo e Carlos Giannazi, do PSOL.